

Governo e Tecnologia:

*Como promover a Transformação
Digital do Serviço Público*

Materiais de Referência





SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
PARTE 1 - EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS	7
1.1 Estônia	7
1.2 Índia	8
PARTE 2 - MATERIAIS DE CONSULTA	10
2.1 Relatórios Internacionais	10
PARTE 3 - ANÁLISES E VÍDEOS	13
3.1 Vídeos Explicativos	13
3.2 Matérias de referência	15
PARTE 4 - NA MÍDIA	27
PARTE 5 - MAPA DA INFORMAÇÃO	34
PARTE 6 - BrazilLAB Aceleração Terceira Edição	35
SOBRE O GOVTECH	36
SOBRE O ITS RIO	37
SOBRE O BrazilLAB	37

INTRODUÇÃO


A ficha precisa cair o quanto antes: governos estão rapidamente se convertendo em plataformas tecnológicas.

Alguns países já perceberam isso e estão acelerando sua transição para o digital: Canadá, Chile, China, Emirados Árabes, Estônia, Índia, Israel, Uruguai, Singapura. O Brasil, ainda não percebeu a dimensão dessa mudança. Não podemos mais pensar a tecnologia como um “setor” do governo, que pode ser delegado a uma empresa pública ou a um departamento. No mundo de hoje, a tecnologia é o governo.

A palavra “cibernética” em sua raiz grega significa precisamente “governar”. Faz sentido. O futuro dos serviços públicos depende essencialmente da tecnologia. Por uma razão simples: a vida humana já acontece cada vez por meio dela. Na medida em que o governo vai ficando desconectado, perde sua capacidade de governar. Suas decisões não são implementadas, não têm impacto, ou são facilmente contornáveis por caminhos criados pela própria tecnologia. **Governo obsoleto deixa de ser governo.**

Abaixo vamos analisar o exemplo da Índia. O país criou uma plataforma digital para todos seus cidadãos (mais de um bilhão!), chamada Aadhaar. Essa plataforma oferece uma identidade digital para todos os indianos. Por sua vez, essa identidade funciona como um “login”. Tudo o que o cidadão precisa do governo pode ser acessado pelo celular, sem sair de casa. E vice-versa. Um indiano não precisa ir hoje a um órgão público levar seus documentos, preencher um cadastro ou fazer uma solicitação. Tudo pode ser feito pelo celular.

Vale dizer que o Aadhaar é uma plataforma que, apesar de pública, tem a mesma dimensão das maiores empresas privadas globais de internet em número de usuários. **A Índia percebeu – cedo – que governo e tecnologia iriam convergir.** Com isso, transformou a governança do país em digital. Em cima do pilar do Aadhaar, várias oportunidades e serviços estão sendo criados. Isso



permitiu à Índia inclusive desmonetizar a economia. O país retirou de circulação todas as notas mais altas de dinheiro. Todas as cédulas de mais de 20 reais foram retiradas de circulação. Apenas dinheiro de “troco” circula hoje em papel.

Dentre as razões para isso está o combate à corrupção. Um político corrupto que quisesse guardar 50 milhões de reais em dinheiro vivo precisaria não de um apartamento, mas de um estádio para armazenar as notas pequenas. Tudo isso só foi possível por causa do processo de bancarização gerado pelo Aadhaar.

O Uruguai, nosso vizinho, é outro exemplo de país que desde 2007 tem um plano claro de digitalização governamental. Colhe hoje os frutos. O país tem uma identidade digital, parecida com a da Estônia, que é gratuita para todos os cidadãos do país. Em 2020, 100% dos uruguaios terão identidade digital.

O Brasil precisa digitalizar seus serviços públicos. Esse é o caminho para a eficiência. No mundo de hoje, não é possível melhorar serviços públicos sem pensar em tecnologia.

Não dá mais para escondermos nosso atraso. Hoje, na Argentina, no Chile e no Uruguai é possível abrir uma empresa em 1 (um) dia pela internet. No Brasil, segundo dados do Banco Mundial, é preciso 79 dias e a peregrinação por diversos órgãos públicos. Se para abertura de empresas a ineficiência é desse tamanho, para a classe trabalhadora - que depende dos serviços públicos - o martírio é muito maior.

Por essa razão, no seminário GovTech vamos apresentar os principais casos mundiais de uso da tecnologia no âmbito do governo (Índia, Uruguai, Estônia, Israel, Chile e assim por diante). Vamos também apresentar caminhos e soluções para que em curto espaço de tempo - 3 anos ou menos - o Brasil possa revolucionar os serviços públicos usando a tecnologia. Atendendo tanto empreendedores quanto a população da base da pirâmide social do país, que é quem mais sofre e paga pela obsolescência do Estado brasileiro.

- **Identidade Digital: A Chave para a Transformação dos Serviços Públicos**

De acordo com dados do Banco Mundial, **hoje 1,1 bilhão de pessoas no planeta não possuem identidade.**¹ Não há dados sobre o Brasil, mas é seguro afirmar que um contingente relevante da população do país não possui identidade funcional, aprofundando a dificuldade de acesso a serviços públicos e reforçando a desigualdade.

Mais do que isso, uma identidade digital deve funcionar como infraestrutura para a transformação dos serviços públicos e a redução da burocracia. As identidades digitais são a pedra fundamental para esse tipo de avanço.

Apesar disso, no Brasil paradoxalmente está ocorrendo um fenômeno da multiplicação de modelos de identidades, tanto físicas quanto digitais. No Brasil, há a carteira de identidade emitida pelos estados. O CPF, emitido pela Receita Federal. O título de eleitor emitido pelo Tribunal Superior Eleitoral. A carteira de motorista emitida pelos estados, o certificado de reservista emitido pelo governo federal, a carteira de trabalho emitida pelo governo federal, as carteiras de entidades profissionais emitidas pelas entidades de classe, e assim por diante.

O modelo de identidades brasileiro leva a distorções inaceitáveis. Um exemplo é o caso de um indivíduo pego com com 47 títulos eleitorais, 43 carteiras de identidade, sendo 23 emitidas na Bahia, 12 em Minas Gerais e 8 em Goiás, 2 carteiras de trabalho e 2 certificados de reservista.

Além disso, dados oficiais da Controladoria Geral da União de 2016 apontam que no mínimo 47,6 mil CPFs foram utilizados naquele ano por mais de uma pessoa com finalidade de fraude.

¹ Disponível em: <http://blogs.worldbank.org/ic4d/counting-uncounted-11-billion-people-without-ids>.

Se o meio digital é a solução para essa questão, a forma como está sendo usado no Brasil é equivocada. O mesmo fenômeno da multiplicação das identidades digitais do meio físico está ocorrendo no plano digital.

O país já tem a CNH Digital, emitida pelos Estados. O DNI, emitido pelo Governo Federal. A Carteira de Trabalho Digital. O Título de Eleitor Digital. E o e-CPF, emitido por empresas privadas homologadas pelo ITI (Instituto de Tecnologia da Informação). Cada um desempenhando um papel distinto. E nenhum reunindo as capacidades de eliminação da burocracia e transformação dos serviços públicos em escala nacional.

A prova disso é que a adesão à CNH Digital, por exemplo, não passa de 0,4%. Em outras palavras, o cidadão não vê utilidade nenhuma para esse documento “digital”, que em nada melhora sua vida.

É nesse contexto que surge a oportunidade de – seguindo o exemplo de outros países como a Índia, Estônia, Uruguai dentre outros – implementar uma única identidade nacional digital, soberana e certificada².

Todas as informações de interesse público, tais como se uma pessoa está habilitada a dirigir, a votar, ou a pagar seus impostos podem ser então atreladas a essa única identidade, que pode ser “carregada” no celular, na forma de cartão com chip, ou na forma do SIM Card do celular. Essa mesma identidade controla de forma **segura e privada** todos os dados da relação entre o cidadão e o poder público, permitindo **a unificação de todos os serviços públicos em um único portal**, incluindo: prontuário de saúde eletrônico, histórico escolar, dados de previdência, benefícios sociais, bilhetes de transporte público e assim por diante. **Tudo isso preservando a privacidade e**

² A Lei 13444/2017 criou a Identificação Civil Nacional (ICN) cujo objetivo é o identificar o brasileiro em suas relações com a sociedade e com os órgãos e entidades governamentais e privados. A ICN utilizará a seguinte base de dados: (i) a base de dados biométricos da Justiça Eleitoral; (ii) a base de dados do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc), e (iii) outras informações, não disponíveis no Sirc, contidas em bases de dados da Justiça Eleitoral. Ela avança na criação de uma identidade nacional federal, mas não avança na criação de uma identidade certificada.

autonomia de cada cidadão, ao contrário do modelo atual, onde os cidadãos têm seus dados explorados (e até vendidos) pelo poder público.

Essa medida eliminará para sempre no país a necessidade de um cidadão ter de se dirigir pessoalmente a um órgão público.

Nesse sentido, **a identidade digital brasileira precisa ter três elementos:**

DISPENSA DE PRESENÇA FÍSICA (PRESENCELESS) Permite ao cidadão acessar qualquer serviço público de forma universal de qualquer lugar em que estiver	DISPENSA DO PAPEL (PAPER LESS) Todos os registros sobre um cidadão serão atrelados digitalmente à sua identidade digital, eliminando a necessidade do papel e de transportá-lo de um órgão para outro
CONSENTIMENTO E AUTONOMIA (CONSENT) A privacidade dos cidadãos deve ser assegurada e o cidadão deve ser capaz de controlar as permissões sobre o acesso ou não aos seus dados	

Reunidos esses três elementos, a criação de uma identidade digital será capaz de gerar um ciclo virtuoso de eficiência, promovendo transformação em todas as áreas-chave do país: saúde, previdência, acesso a benefícios sociais, empreendedorismo, redução por completo da burocracia. Tudo isso promovendo maior transparência e accountability.

PARTE 1 - EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS

1.1 Estônia

A Estônia é um dos países mais avançados do planeta na questão das identidades digitais e no uso da tecnologia no governo.

Todos os serviços públicos do país estão online. O cidadão não precisa sequer sair de casa para utilizá-los. Usando uma identidade digital ele acessa os serviços de saúde, previdência, registro de empresas, licenciamentos, alvarás e qualquer outro procedimento burocrático. **O princípio é claro: todo cidadão tem uma identidade única. Ela é digital e válida por toda a vida. Com isso, nunca mais será preciso levar nenhum documento para nenhum órgão público. Toda relação entre cidadão e governo ocorrerá online, pela internet, gratuitamente e na hora.**

O sistema é tão eficiente que a Estônia resolveu exportar essa eficiência. Criou então o programa de “e-residentes”, que convida qualquer pessoa no planeta a se tornar um usuário dos serviços do governo estoniano. É o primeiro caso no planeta de “*government as a service*” (governo como serviço).

Isso prenuncia o momento em que países irão competir para atraírem o maior número possível de “e-residentes”. Quanto mais eficientes, transparentes e menos burocráticos forem seus serviços públicos, mais gente vai se interessar. E com isso, virão mais empresas, mais impostos, mais empregos, mais inovação e assim por diante. O modelo estoniano está sendo adotado em diversos graus por países como Índia, Cingapura, Israel e Uruguai. Todos estão avançando nessa direção.


1.2 Índia

A Índia por sua vez desenvolveu o Aadhaar, identidade digital que consiste em um número único atribuído a cada indivíduo que é conjugado com um sistema de identificação multifatorial, baseado em elementos como biometria (digitais e íris), dentre outros fatores.

A Índia criou também uma agência específica para a gestão da identidade digital, chamada [UIDAI](#). A identidade digital indiana é a base para a migração digital de toda a economia do país, conforme descrita recentemente em artigo da renomada revista [Harvard Business Review](#). Ela funciona como a pedra fundamental de todo o sistema, sendo elemento fundamental do “stack” digital do país. Esse “stack” possui todos os elementos mencionados acima: **paperless, presenceless e o consent layer**. Ou seja, ela dispensou o papel, a presença física, bancarizou a população e colocou o cidadão no controle dos seus dados.

O Aadhaar criou uma verdadeira plataforma governamental digital na Índia, demonstrando a tendência irreversível de que governos se tornarão inevitavelmente plataformas digitais. A Índia soube produzir as externalidades necessárias, e investir no projeto de forma a ganhar escala. Mais do que isso, criou uma plataforma com mais de 1 bilhão de usuários, número que rivaliza com as grandes plataformas de internet globais (Facebook, Whatsapp, Google, dentre outras). É significativo que uma plataforma governamental tenha alcançado essa escala, especialmente por ser totalmente voltada à prestação de serviços públicos e ao provimento de identidade digital para todos os cidadãos indianos.

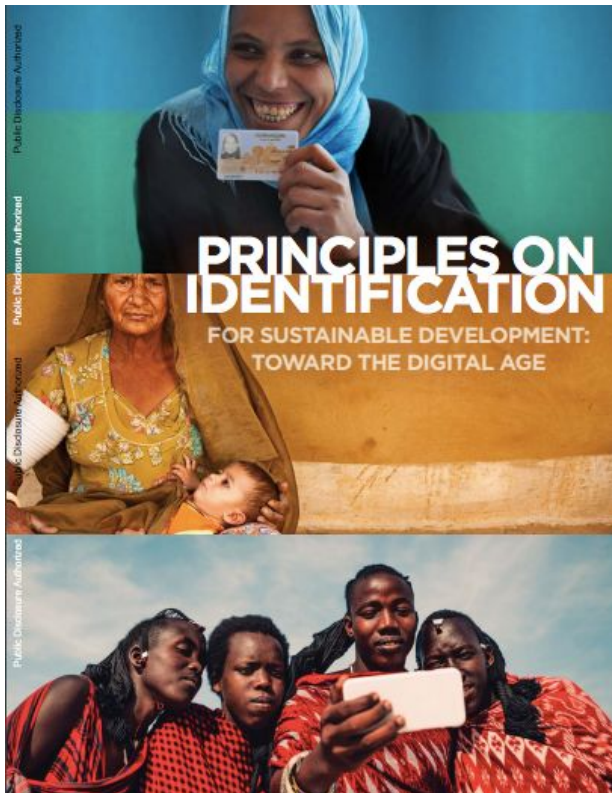
Por fim, os Bancos de Desenvolvimento globais estão se posicionando para custear projetos de infraestrutura digital. Afinal de contas, as identidades digitais estão sendo vistas como ferramenta essencial para o desenvolvimento (o chamado ID4D - Identity for Development). Esse é o caso do chamado Banco dos BRICS (New Development Bank), do Banco Mundial e também do BNDES no Brasil. A esse respeito, o BNDES tem já trabalhado em uma agenda de digitalização do país,



apoiando o Plano Nacional de Internet das Coisas, o ecossistema de inovação (como as start-ups), a construção de cidades inteligentes e a digitalização de processos burocráticos, usando tecnologias como o blockchain. Desse modo, muitos são os caminhos para que o projeto de transformação digital dos serviços públicos e da implementação de uma identidade digital conecte-se às várias possibilidades de financiamento ao desenvolvimento do país.

PARTE 2 - MATERIAIS DE CONSULTA

2.1 Relatórios Internacionais



PRINCÍPIOS DA IDENTIDADE *WorldBank, 2018*

- Sistemas de identidade inadequados impedem a melhoria dos serviços públicos e dificultam a vida das pessoas. Fica mais difícil votar, abrir conta em banco, adquirir um celular, obter emprego formal, acesso a educação ou saúde, receber uma transferência social, comprar um cartão SIM ou procurar reparação legal.

[Download do relatório completo](#)

Recomendações do WorldBank:

1. Garantir identidade universal para indivíduos desde o nascimento até a morte;
2. Remover barreiras ao acesso e uso na disponibilidade de informação e tecnologia;
3. Estabelecer uma identidade robusta - **única, segura e precisa**;
4. Criar uma plataforma que seja **interoperável** e responda às necessidades dos usuários;
5. Usar padrões abertos e promover a neutralidade da tecnologia, sem depender de nenhuma solução específica.



Revisão do Governo Digital no Brasil OECD, 2018

- Um sistema de identificação digital é central para o desenvolvimento do governo eletrônico, e está atrasado no Brasil
- A falta de desenvolvimento resulta em ineficiências, perda de oportunidades para colaboração e impede a integração na prestação de serviços.
- A existência de várias políticas é negativa para uma visão clara e integrada de governo, e confunde a liderança estratégica no país
- O desafio não é só introduzir tecnologias digitais, mas o de integrá-las e incorporá-las aos esforços do governo para acabar com a burocracia
- O uso no planejamento de análises de custo-benefício, modelos de negócios e gestão são raríssimos no Brasil.

[Download do relatório completo](#)

Recomendações:

1. Estabelecer mecanismos organizacionais e estruturas de governança para coordenar a implementação da estratégia digital, que o Brasil ainda não fez;
2. Identificar responsabilidades claras para implementação da estratégia de governo digital e fugir da pluralidade de órgãos fazendo a mesma coisa;
3. Avanços em identidade digital é um dos fatores mais críticos para melhorar o desenvolvimento do governo digital no país.



Abraçando a Inovação no Governo OECD, 2018

- A tecnologia está transformando completamente o Estado, quer queira, quer não
- Uma identidade bem feita é o requisito fundamental para que indivíduos e empresas acessem serviços governamentais e participem da sociedade e da economia.
- Os governos devem criar uma nova maneira de fornecer identidades por meio das novas tecnologias, incluindo a chamada Blockchain.
- Casos exemplares citados:
 - Aadhaar/Índia;
 - Be Badges/Bélgica;
 - Australian Trade Mark Search/Austrália
 - Data Embassy/Estônia

[Download do relatório completo](#)

Recomendações:

4. Desenvolver uma identidade única e inovadora para o país;
5. Resolver os nós e o gargalo histórico da identidade;
6. Usar padrões abertos e aplicativos (API) para promover uma revolução dos serviços públicos por meio de uma identidade inovadora.

PARTE 3 - ANÁLISES E VÍDEOS

3.1 Vídeos Explicativos



Tutorial Explicativo sobre Identidades digitais

Realização: Julho de 2018

Duração: 21 minutos

Assistindo a esse vídeo você ficará informado sobre todos os pontos mais importantes sobre identidades digitais. Entenderá o modelo da Estônia e uma análise sobre as falhas do modelo brasileiro.

[Assista ao vídeo online clicando aqui](#)
[Clique aqui para baixar o vídeo na íntegra](#)

- **"A tecnologia pode criar identidades que são soberanas, que dão às pessoas, a mim e a você, o controle total sobre nossos dados e, sobretudo, sobre a nossa relação com o governo, melhorando os serviços públicos."**
- **"Se a gente quiser que os serviços públicos sejam mais eficientes, a gente vai precisar resolver o problema da identidade digital.** Quanto mais a gente centralizar os serviços públicos em um portal único que puder ser acessado digitalmente pelo cidadão, melhores eles vão ser. Só que ao mesmo tempo, se os serviços vão ser unificados, a guarda dos dados precisa ser a mais descentralizada possível".
- **A regra é a seguinte: centralize os serviços e descentralize os dados.** E a chave para isso é a criação de identidades digitais soberanas, que são controladas por nós mesmos e, a partir daí a gente exerce controle sobre os nossos dados e sobre a relação com o setor público. Esse é o futuro e é o futuro que eu aposto!"
- **"A gente precisa de uma identidade que seja inclusiva, barata e que seja distribuída e acessível para todos os brasileiros."**



Conversa com Bial

Tema: Identidades digitais e os problemas do Brasil

Realização: Maio de 2018

Duração: 6 minutos

Nessa entrevista com Bial há toda a explicação da questão das identidades digitais e como elas podem mudar os serviços públicos para melhor.

[Assista ao vídeo online clicando aqui](#)

- **"A Estônia possibilita a criação de cidadania digital.** As pessoas participam quando elas percebem que a participação delas irá resultar em alguma coisa. Precisamos construir no país uma democracia que seja responsiva, uma democracia que responda às necessidades de cada pessoa."
- "Esse é o futuro. **A Estônia criou o conceito de Estado como serviço.** Isso irá gerar uma competição para ver quem é o país que tem os serviços públicos mais eficientes. O Estado que tiver os serviços públicos mais eficientes vai atrair cidadãos do mundo inteiro, o que irá gerar impostos, empregos e inovação."
- "A Estônia está fazendo uma coisa que o Brasil deveria fazer e vários outros países também já estão fazendo. **A Estônia está unificando todos os serviços públicos em uma plataforma única digital.**"

3.2 Matérias de referência

FOLHA DE S.PAULO



colunas e blogs

OPINIÃO

Ronaldo Lemos

ronaldo@itsrio.org



Governos são plataformas tecnológicas

Países como o Brasil ainda não perceberam a dimensão dessa mudança

18 jun. 2018 às 2h00

A ficha precisa cair o quanto antes: governos estão rapidamente se convertendo em plataformas [tecnológicas](#).

Alguns países já perceberam isso e estão acelerando sua transição para o [digital](#): Canadá, China, Emirados Árabes Unidos, Estônia, Índia, Israel, Uruguai, Singapura.

Outros, como o Brasil, ainda não perceberam a dimensão dessa mudança. Ainda acham que tecnologia é um "setor" do governo, que pode ser delegado a uma empresa pública ou a um departamento. Estão errados: no mundo de hoje, tecnologia é o governo.

Vale lembrar que a palavra "cibernética", em sua raiz grega significa precisamente "governar". Faz sentido. O futuro da governança depende essencialmente da tecnologia. Por uma razão simples: a vida humana já acontece cada vez mais mediada por ela.

Na medida em que o governo vai ficando desconectado, perde sua capacidade de governar. Suas decisões não são implementadas, não têm impacto ou são facilmente contornáveis por caminhos criados pela própria tecnologia. Governo obsoleto deixa de ser governo.

Tome-se o exemplo da Índia. O país criou uma plataforma digital para todos os seus cidadãos, chamada Aadhaar. Essa plataforma oferece uma identidade digital para todos os indianos. Por sua vez, essa identidade funciona como interface. Tudo o que o cidadão precisa do governo pode ser acessado pelo celular. E vice-versa.

Um indiano não precisa ir hoje a um órgão público levar seus documentos, preencher um cadastro ou fazer uma solicitação. Tudo pode ser feito online, pelo celular.

Vale dizer que o Aadhaar possui 1,1 bilhão de usuários. É uma plataforma que, apesar de pública, rivaliza com as maiores empresas privadas globais de internet em número de usuários.

A Índia percebeu — cedo — que governo e tecnologia iriam convergir. Com isso, transformou a governança do país em digital.

Em cima do pilar do Aadhaar, várias oportunidades e serviços estão sendo criados. Isso permitiu à Índia inclusive desmonetizar a economia. O país retirou do mercado todas as notas mais altas de dinheiro. Todas as cédulas de rupias indianas de valor equivalente a mais de R\$ 20 foram retiradas de circulação. Apenas dinheiro de "troco" circula hoje em papel.

Entre as razões para isso está o combate à corrupção. Um político corrupto que quisesse guardar o equivalente a R\$ 50 milhões em dinheiro vivo precisaria não de um apartamento, mas de um estádio para armazenar as notas pequenas. Tudo isso só foi possível por causa do processo de bancarização gerado pelo Aadhaar.

O Uruguai, nosso vizinho, é outro exemplo de país que desde 2007 tem um plano claro de digitalização governamental. Colhe hoje os frutos.

O país tem uma identidade digital, parecida com a da Estônia, que é gratuita para todos os cidadãos do país. Em 2020, 100% dos uruguaios terão identidade digital.

Todos esses modelos são muito diferentes do que estamos fazendo. A identidade digital federal que está sendo proposta no Brasil, o DNI, vai em sentido oposto e é fundamentalmente equivocada.

Ainda dá tempo de mudar de rumo. Até isso acontecer, a ausência de um plano claro para tecnologia no âmbito governamental no país continuará sendo mais um exemplo de desgoverno.

★

Reader

Já era Web 2.0

Já é Fintechs e insurtechs

Já vem GovTechs

Ronaldo Lemos

Advogado, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro.

★ ★ ★

FOLHA DE S.PAULO



colunas e blogs

OPINIÃO

Ronaldo Lemos

ronaldo@itsrio.org



Identidade digital é o novo graal

Ninguém mais terá de ir a um órgão público para levar seus documentos de novo

23.jul.2018 às 2h00

Há uma corrida silenciosa acontecendo no campo da tecnologia. Várias organizações estão correndo para ver quem alcança (e domina) o novo graal: a capacidade de criar uma identidade digital descentralizada, que sirva de ponte entre o mundo físico e o mundo digital.

Com ela, uma pessoa jamais terá de se dirigir pessoalmente a um órgão público ou empresa privada para levar seus documentos de novo. Essa prática se tornará obsoleta e será incompreensível para as futuras gerações.

Mais do que isso, esse modelo de identidade (cujo nome técnico é “identidade autossobrerana”, ou SSID, no acrônimo inglês) não dependerá de nenhuma autoridade específica para ser emitida. Ela será o produto das redes e relações que cada pessoa constrói em sua vida: na escola, com serviços de saúde, com bancos, com outras pessoas e assim por diante.

Cada atividade será um elo capaz de provar de forma inequívoca (e reconfirmada o todo tempo) que você é quem diz ser.

A vantagem disso é que uma identidade dessa forma jamais “perde a validade”. Seu titular pode até mudar de país e mesmo assim levará consigo digitalmente suas qualificações (diplomas, habilidades, certificados, documentos, prontuário médico etc.) e a prova de quem é.



Versão da carteira de habilitação para celulares e tablets - Reprodução

A competição para desenvolver esse [modelo de identidade](#) é acirrada. Há esforços sendo feitos por iniciativa da Microsoft, do Hyperledger (que tem laços com a IBM) ou mesmo do Facebook, que criou há pouco uma divisão de blockchain (tecnologia que serve de base para esse modelo).

Há também uma série de organizações menores e até sem fins lucrativos trabalhando para isso. Os exemplos incluem a uPort, a Civic e a Fundação Sovrin. Um pesquisador desta última estará no Brasil nos dias 6 e 7 de agosto, em evento sobre governo e tecnologia realizado em São Paulo (de que, vale dizer, este colunista é coorganizador).

A identidade digital é o graal porque pode mudar a arquitetura da própria rede. Quando a internet foi criada, ela deixou de fora a capacidade de identificar pessoas. A internet dá endereços a máquinas, mas não incluiu em seu design a capacidade de identificar pessoas. Isso leva a várias questões: perfis falsos, fraudes ou a necessidade de recriar nossa identidade toda vez em que acessamos um novo serviço.

A identidade autossobrerana pode dar um novo enfoque para todas essas questões. E, ao mesmo tempo, tornar-se ferramenta poderosa para acabar com a burocracia também no mundo físico.

E o melhor: esse modelo protege a privacidade. O usuário passa a ser o controlador dos seus dados. Pode usar sua identidade para revelar, mas também para ofuscar. Hoje, se você mostra seu [RG em papel](#) para ingressar em um bar, a pessoa que verifica pode ver vários outros dados: sua foto, nome dos pais, número do RG, data de nascimento. A única informação necessária, no entanto, é se você é maior de idade ou não.

A identidade autossobrerana pode dar um novo enfoque para todas essas questões. E, ao mesmo tempo, tornar-se ferramenta poderosa para acabar com a burocracia também no mundo físico.

E o melhor: esse modelo protege a privacidade. O usuário passa a ser o controlador dos seus dados. Pode usar sua identidade para revelar, mas também para ofuscar. Hoje, se você mostra seu [RG em papel](#) para ingressar em um bar, a pessoa que verifica pode ver vários outros dados: sua foto, nome dos pais, número do RG, data de nascimento. A única informação necessária, no entanto, é se você é maior de idade ou não.

Com esse novo modelo de [identidade digital](#) dá para revelar o que precisa ser revelado e esconder o que não precisa.

É claro que ainda há vários desafios no desenvolvimento dessa tecnologia, mas ela já está entre nós.

Participar desse processo e entender suas repercussões para o setor público e privado podem gerar muitas oportunidades para o Brasil.

Já era

Inteligência artificial só na ficção

Já é

Inteligência artificial chegando a toda parte

Já vem

Algoritmos evolucionários, um modelo alternativo à inteligência artificial

colunas e blogs

OPINIÃO

Ronaldo Lemos

ronaldo@itsrio.org



RG digital brasileiro ameaça privacidade

Somos tão bons em burocracia que ela consegue ser recriada até no meio digital

25.jun.2018 às 2h00

O governo federal está lançando um documento de identidade digital, chamado DNI (Documento Nacional de Identidade). Essa poderia ser uma boa notícia, mas não é.

Os equívocos do DNI incluem ameaças à [privacidade](#), centralização excessiva de dados e dependência permanente do governo. Pior: apesar do nome, o DNI não é uma identidade digital. Ele não assegura segurança, privacidade e autonomia a seu portador, algo que uma identidade digital verdadeira deve ser capaz de fazer.

Sobre privacidade o DNI traz problemas graves. O documento funciona na forma de um aplicativo que deve ser instalado no celular do usuário. Ao ser baixado, o aplicativo pede obrigatoriamente autorização para “fazer chamadas e gerenciar ligações telefônicas”. Isso permite que o app do governo saiba seu número, faça ligações, leia a lista de ligações que você recebeu, enxergue quem está ligando para seu celular, desligue o telefonema ou até mesmo redirecione ligações para outros números.

Essa permissão é classificada como “perigosa” por empresas de segurança. Em outras palavras, a [identidade digital brasileira](#) será capaz de analisar para quem você liga e quem liga para você. Informações que hoje dependem de ordem judicial para serem obtidas.

Não faz sentido que um aplicativo de identidade, desenhado para ser usado por milhões de pessoas, inclua uma coleta de informações massiva dessa natureza. Para piorar, os termos de uso do aplicativo são vagos e confusos. Não informam nem sequer que esses dados são exigidos.

Outro problema do DNI é que ele não é propriamente uma identidade digital. Ele não permite, por exemplo, que o cidadão faça o login certificado no site da Receita Federal para fins de Imposto de Renda. Para isso, continuará a ser necessário comprar o vergonhoso “e-CPF” (pagando cerca de R\$ 180 por ano) que é oferecido por um punhado de entidades privadas.

Uma identidade digital de verdade deve reunir em si todas as certificações necessárias sobre uma pessoa e funcionar como um documento definitivo. O DNI não é isso. Ele será só mais um documento na pilha infindável dos que já existem no Brasil, não eliminando nem sequer seu primo rico, o “e-CPF”, que continuará necessário e caro.

Além disso, o DNI é instrumento para uma centralização ainda maior de dados. Quanto mais dados são centralizados, maior é o risco de que sejam vazados e maior o dano causado nesses casos.

A identidade digital que o Brasil deveria ter precisa funcionar como infraestrutura, e não como remendo.

Ela deve ser o caminho para unificar todos os serviços públicos em um único portal (eliminando os mais de 30 aplicativos do governo federal que existem hoje, um para cada serviço).

Ao mesmo tempo, deve garantir a privacidade e permitir o controle dos dados por parte dos seus titulares. Sobretudo, deve ser uma ferramenta para darmos um salto de eficiência na administração pública, eliminando a burocracia e adicionando inteligência.

O DNI não faz nada disso. Ele é apenas a prova de que somos tão bons em produzir burocracia que ela consegue ser recriada até mesmo no meio digital.

★

Reader

Já era Memes como parte da cultura adolescente na internet

Já é Memes como elemento para decisão de apoio político de partidos a candidaturas presidenciais

Já vem Memes gerados por inteligência artificial para influenciar a opinião pública

Ronaldo Lemos

Advogado, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro.

★ ★ ★

colunistas

ronaldo lemos



Multiplicação das identidades digitais

11/12/2017 © 02h00

Está em curso um verdadeiro milagre no Brasil: a multiplicação das identidades digitais. Tudo indica que vamos repetir no universo digital os mesmos erros históricos que cometemos com relação a identidades físicas no país.

Nesse quesito, somos líderes globais em confusão. Temos a carteira de identidade, que é emitida pelos Estados. O CPF, emitido pela Receita Federal. O título de eleitor, a carteira de motorista, o certificado de reservista, a carteira de trabalho, as carteiras de entidades profissionais, e assim por diante.

Essa bagunça leva a situações insólitas. Há pouco tempo foi identificado um indivíduo com 47 títulos eleitorais, 43 carteiras de identidade, sendo 23 emitidas na Bahia, 12 em Minas Gerais e 8 em Goiás, 2 carteiras de trabalho e 2 certificados de reservista. Além disso, no início de 2016, a CGU descobriu que 47,6 mil CPFs estavam sendo utilizados por mais de uma pessoa.

É nesse contexto que o país resolveu avançar na "digitalização" desses documentos. O TSE anunciou a criação do e-Título, aplicativo que permite acessar uma via digital do documento pelo celular. A carteira de motorista digital, que é hoje oferecida por alguns Estados, está sendo prometida para todo país em fevereiro de 2018.

Já a Receita Federal aceita há algum tempo o vergonhoso e-CPF, explorado por um punhado de agentes privados que cobram cerca de R\$ 180 ao ano para criar uma versão digital do CPF do contribuinte. Esse preço resulta, na prática, na exclusão de 95% da população do país da possibilidade de ter um "e-CPF".

Essa multiplicação das identidades digitais, em vez de ser uma boa notícia, só vai adiar o problema. O caminho que deveria estar sendo seguido é a criação de uma única identidade nacional digital certificada, controlada pelo cidadão. A informação se a pessoa está habilitada a dirigir, a votar, ou a pagar seus impostos ficaria atrelada a essa única identidade, que poderia ser carregada no celular. Esse documento digital controlaria de forma segura e privada todos os dados da relação entre o cidadão e o poder público: prontuário de saúde eletrônico, histórico escolar, dados de Previdência, benefícios sociais, bilhetes de transporte público e assim por diante.

O que estamos fazendo é criar uma miríade de semi-identidades digitais, capazes de realizar uma única função. Cada uma gerenciada por um órgão distinto.

Para completar, neste ano foi aprovada a lei que criou o DNI (Documento Nacional de Identidade). Na prática, o DNI virou só mais um documento. Que poderia inclusive figurar em uma música do Zeca Pagodinho, porque ninguém nunca viu, nem tirou e nem ouviu falar.

Estudo recente do Banco Mundial mostra que 1,1 bilhão de pessoas no planeta não possuem identidade. Já o Brasil é um país tão desigual que, para algumas pessoas, está sobrando identidades. Para quem mais precisa de uma, está faltando. A identidade digital é o novo "santo graal" da administração pública. Já perdemos tempo demais tráfegando na estrada errada sobre esse tema.

JÁ ERA

não saber o que é bitcoin

JÁ É

mercados de futuros de bitcoin

JÁ VEM

seguradoras oferecendo seguros para Bolsas de bitcoin ★★

colunistas

ronaldo lemos



Acabar com o furto de identidade


26/10/2015 © 03h05

Acaba de ser lançado o novo livro do escritor João Paulo Cuenca, uma das vozes mais interessantes da literatura contemporânea. Chamado "Descobri que Estava Morto", descreve a situação surreal trazida por um furto de identidade. No caso, a do próprio autor. Cuenca teve de fato sua identidade furtada e usada para emitir uma certidão de óbito para um cadáver que, obviamente, não era o dele. Em outras palavras, descobriu um dia que estava legalmente morto.

Esse tipo de furto é um problema não só para escritores cariocas, mas uma questão generalizada na internet. Há uma epidemia global de pessoas que têm suas identidades furtadas on-line e usadas em toda sorte de fraudes. A questão é tão séria que há uma onda de empresas alegando proteger dados pessoais na rede. Por exemplo, a norte-americana "AllClear ID". Em troca de um valor mensal, monitora a identidade do usuário e verifica se não foi usada para fins não autorizados.

O problema é que empresas como essa são mero paliativo. Não atacam as origens do problema e se tornam elas mesmas pontos de ataque. O sonho qualquer criminoso é invadir o sistema de uma companhia que é um oásis de informações sensíveis sobre seus clientes.

Para atacar o problema de fato é preciso outra estratégia: adotar criptografia em todas as comunicações na internet. A criptografia "embaralha" as comunicações na rede, de ponta a ponta. Conteúdos enviados criptografados só podem ser lidos pelo emissor e pelo destinatário. Quem tentar ler a informação no caminho encontra apenas números e letras indecifráveis.



A criptografia generalizada resolve ao menos três grandes problemas da internet: o furto de identidades, os vazamentos de dados e a vigilância generalizada da era pós-Snowden. Entidades como a EFF (Electronic Frontier Foundation), pioneira na discussão sobre direitos na internet, vêm lançando campanhas que dizem: Encrypt Everything! (criptografe tudo!).

Infelizmente, no Brasil tem havido ataques à necessidade de se criptografar tudo. Na CPI dos Crimes Cibernéticos houve manifestações pedindo justamente o contrário: que a criptografia seja abolida. Tudo para facilitar a bisbilhotice de comunicações privadas na internet. Ao atacar a criptografia em nome do combate a alguns males, outras mazelas piores surgem de forma generalizada, expondo todos os usuários da rede.

Nos EUA, país ainda marcado pelo vigilantismo, o presidente Barack Obama declarou recentemente que apoia a criptografia generalizada e sem possibilidade de ser quebrada, até mesmo por autoridades de investigação (ou seja, sem as chamadas "backdoors"). O Brasil precisa seguir os mesmos passos. Precisa proteger e apoiar o uso generalizado da criptografia, sem "backdoors". Essa é a melhor forma de se coibir o furto de identidade, o vigilantismo e o vazamento de dados pessoais na internet. Tenho certeza de que o escritor João Paulo Cuenca irá apoiar e agradecer. ★ ★ ★

FOLHA DE S.PAULO



colunas e blogs

OPINIÃO

Ronaldo Lemos

ronaldo@itsrio.org



RG digital, muitas preocupações

DNI coleta e centraliza dados dos cidadãos, sem preocupação com privacidade

12.fev.2018 às 2h00

O governo federal anunciou na semana passada o primeiro documento de identidade digital do país, o **DNI** (Documento Nacional de Identificação). Ele poderá ser carregado no celular por um app e reunirá CPE, título de eleitor e identidade (CNH fica de fora). Além disso, o DNI estará ligado à biometria do portador, que precisará ir ao cartório eleitoral para fazer sua digital eletrônica.

Parece boa notícia. Mas, como muitas modernidades brasileiras recentes, traz mais preocupação que alento.

Pergunta-se, por exemplo, se o DNI irá substituir o vergonhoso e-CPF, que é exigido pela Receita Federal para ingresso autenticado em seus sistemas (ele facilita o preenchimento e a entrega do Imposto de Renda). Hoje, esse e-CPF é feito por empresas que cobram R\$ 180 por ano para manter ativo esse e-Documento. Valor absurdo para a maioria dos brasileiros. Como resultado, só 5% da população tem um documento desse tipo.


Os demais 95% estão excluídos.

Lendo a lei e o decreto do DNI, não fica claro se ele irá aposentar o e-CPF. Se isso não ocorrer, o DNI será um documento digital fake, aceito por uns, mas não outros. Uma identidade digital verdadeira precisa ser universal, aceita por todos. Mais do que isso, deve permitir ao cidadão assinar e autenticar documentos, controlar seus dados, acessar todos os serviços governamentais de forma autenticada, criptografar informações e mantê-las privadas, e assim por diante.

Um documento digital de verdade permitiria uma revolução nos serviços públicos. Por exemplo, na saúde, daria acesso direto dos pacientes ao seu prontuário médico, como fez a Inglaterra.

Outra preocupação sobre o DNI é que ele coleta e centraliza dados de todos os cidadãos, sem se preocupar em nada com privacidade.

Mais grave, a lei do DNI cria uma base de dados federal chamada ICN que centralizará informações altamente sensíveis, provenientes de Registros Cíveis, da Justiça Eleitoral e de outros órgãos.



O próprio uso do DNI poderá vir a ser rastreado. Toda vez em que o portador mostrar o documento para autenticação, a ICN poderá ter o registro de onde, quando, por quem e em que lugar isso aconteceu.

Centralizar informações e promover sua interoperabilidade é algo positivo. DESDE (note as letras maiúsculas) que a preocupação com privacidade seja atendida antes, tanto do ponto de vista normativo quanto tecnológico.

Como se sabe, o Brasil nem sequer possui uma lei de proteção de dados pessoais. Estamos 30 anos atrasados nessa agenda (Argentina, Chile, Colômbia, Uruguai, todos têm leis assim). Construir uma central de coleta e monitoramento de dados como está sendo proposto sem dedicar uma linha sobre privacidade é temerário.

READER

JÁ ERA Achar que energia solar é inviável economicamente

JÁ É Cidades como Palmas dando incentivo fiscal no IPTU para quem usa energia solar

JÁ VEM A revolução dos painéis solares de perovskita, muito mais baratos e eficientes

Ronaldo Lemos

Advogado, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro.

★ ★ ★

PARTE 4 - NA MÍDIA

EXAME

Aceleradora vai conectar empreendedores e setor público

Brazil Lab procura por empreendedores que estejam interessados em desenvolver projetos em parceria com o setor público

Por **Victor Caputo**
© 28 abr 2016, 09h:52

São Paulo – Um projeto de aceleração de **startups** quer auxiliar no contato entre empreendedores e o setor público. O **Brazil Lab** terá sua primeira edição em 2016. Empreendedores interessados poderão inscrever suas ideias no programa até o dia 10 de junho.

“Neste momento, todos questionam o setor público e os políticos. Nosso objetivo é permitir que a sociedade proponha soluções que ajudem a corrigir problemas presentes em processos do setor público”, disse Leticia Piccolotto, líder e mentora do Brazil Lab, em conversa com EXAME.com.

Nesta primeira edição, o Brazil Lab trabalha em três áreas: **saúde, educação e sustentabilidade ambiental**.

De forma geral, os projetos inscritos devem propor maneiras de corrigir questões importantes dessas três áreas. No caso da educação, as ideias devem trabalhar para melhorar o engajamento de professores e alunos do sistema público.

No campo da saúde, os projetos devem inovar e melhorar processos, como agendamento de exames, manutenção de estoques de medicamentos ou gestão do **SUS**.

Já no campo ambiental, as propostas devem ter foco no setor hídrico, como combate ao desperdício de **água** ou soluções para reúso. “Na nossa visão, a crise hídrica não acabou. Precisamos estabelecer uma cultura de poupar água em nossa sociedade”, afirma Piccolotto.

Os projetos eleitos irão ganhar 5 mil dólares de financiamento, além de mentoria de especialistas em inovação, setor público e membros da comunidade acadêmica.

No final das contas é esse o objetivo final do Brazil Lab: trazer maior integração entre esferas da sociedade brasileira que não são lá muito íntimas umas das outras. Em um caso de sucesso, por exemplo, essa ponte feita pelo Brazil Lab não seria mais necessária.

Inovação no setor público

Para Letícia Piccolotto, o setor público brasileiro tem certa aversão a inovação. Mas essa combinação traria muitos benefícios para a sociedade.

“Serviços públicos seriam mais eficientes e mais voltados à população. À medida que se tem um app que diz se o professor está na sala de aula ou se um exame médico está pronto ou não, você coloca o cidadão como foco na prestação dos serviços públicos”, afirma.

O Brazil Lab é resultado da parceria entre diversas organizações. Entre elas estão o CLP (Centro de Liderança Pública) e o instituto de empreendedorismo Endeavor. Essa combinação é importante.

O CLP traz sua experiência com líderes do setor público e a Endeavor entra com sua bagagem de inovação. É essa combinação que os empreendedores que desejam participar da aceleração terão à disposição.

Colocando na prática

Os projetos serão colocados em ação a partir de janeiro de 2017. O Brazil Lab já conta com parceria com algumas prefeituras.

As ideias vencedoras serão implementadas durante seis meses em municípios pelo Brasil. Entre as cidades que receberão os pilotos estão São José dos Campos, Sorocaba, Campinas, Juíz de Fora e Porto Alegre.

O Brazil Lab já anuncia que terá uma segunda edição com temas como mobilidade urbana e resíduos sólidos. Um terceiro tema ainda será definido.

Aos interessados, as inscrições para participar desta primeira edição do programa de aceleração vão até o dia 10 de junho. [No site do projeto](#), estão instruções e o formulário de inscrição.

Governos vêm mostrando que estão dispostos a inovar

"Ganha a sociedade como um todo, que pode encontrar espaço para participar da melhoria de políticas públicas"

11/07/2018 - 17h46min
Atualizada em 11/07/2018 - 17h51min

Por *Letícia Piccolotto Ferreira, especialista em Gestão Pública pela Harvard Kennedy School e fundadora do BrazilLAB, ONG que conecta startups e governos para estimular a inovação no setor público*

Excesso de burocracia, pouca flexibilidade e processos demorados são características ainda muito presentes no setor público brasileiro. É raro pensar em inovação quando se fala em governo, mas a discussão é extremamente necessária. Afinal, é inovando que o setor tem a chance de mudar a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

LEIA MAIS

Tornar o setor público mais público passa por uma mudança de atitude da própria sociedade

Como o uso de robôs pode ajudar a cruzar dados de milhões de processos

O setor público está na "era Ford" enquanto a sociedade está na "era Google"

Não que não haja pequenos experimentos acontecendo com o objetivo de promover um governo mais aberto e mais digital. Mas para promover a inovação em larga escala é preciso estabelecer mecanismos para a promoção de um arcabouço jurídico mais seguro e favorável.

No mesmo sentido, governos vêm mostrando que estão dispostos a inovar. O Pitch Gov.SP (Estado de São Paulo), o Startup São José (São José dos Campos) e o Seed (Minas Gerais) são alguns exemplos de programas que conectam startups com o serviço público e incentivam o desenvolvimento de pesquisa e tecnologia em prol da sociedade.

Também com o propósito de fomentar a pauta GovTech – tecnologias a favor de soluções públicas – fundamos o BrazilLAB há dois anos. Nesse período, já aceleramos 26 startups que possuem soluções em diferentes áreas como educação, saúde, lixo, entre outras. Um exemplo que já está gerando resultados é o Cuco Health, app que funciona como uma enfermeira digital e que atualmente está implementado na rede de saúde de Juiz de Fora –MG. O aplicativo engaja pacientes a seguir à risca tratamentos para doenças crônicas. A solução ajuda a reduzir as filas em 63 UBSS da cidade, já que o agravamento de problemas e a necessidade de atendimento urgente diminuem.

LEIA MAIS

Empresários gaúchos querem criar instituto voltado à inovação em Porto Alegre



Com governo digital, Estônia é exemplo de como a tecnologia pode ajudar a reduzir a burocracia

"Os algoritmos podem ser discriminatórios", diz professora da Universidade de Nova York sobre tecnologia e serviço público



O diálogo entre Poderes Executivo e Legislativo, órgãos de controle, academia, ONGs e empreendedores é fundamental para que surjam legislações e ambientes capazes de proporcionar segurança e incentivo para a inovação com escala. É essa atuação em rede que alavancará a pauta GovTech no Brasil.

Ganha a população, que passa a ter maior acesso a serviços de qualidade. Ganham os governos, vítimas de orçamentos estrangulados e poucos recursos, que encontram soluções para reduzir custos e ganhar eficiência. E a sociedade como

um todo, que pode encontrar espaço para participar da melhoria de políticas públicas.



Evento com presidenciáveis vai discutir uso da tecnologia por governos

Em parceria com o 'Estado', GovTech Brasil será realizado em São Paulo, nos dias 6 e 7 de agosto, com presença confirmada de Marina Silva (Rede), Geraldo Alckmin (PSDB), João Amoêdo (Novo) e Manuela d'Ávila (PCdoB)

Pré-candidatos à Presidência da República nas **eleições 2018** vão discutir como desburocratizar e incorporar de maneira mais eficiente a tecnologia no governo. O GovTech Brasil é organizado pela ONG BrazilLAB e pelo Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio (ITS Rio), e conta com o **Estado** como parceiro de mídia.

O evento será realizado em São Paulo, nos dias 6 e 7 de agosto, com palestrantes de dez países. Já confirmaram presença **Marina Silva** (Rede), **Geraldo Alckmin** (PSDB), **João Amoêdo** (Novo) e **Manuela d'Ávila** (PCdoB). Também vão participar o ministro da Segurança Pública, **Raul Jungmann**, e o ex-presidente do Banco Central **Arminio Fraga**.


O termo govtech vem do inglês e trata de como incluir tecnologia na gestão prática do Estado. “A ideia do evento é falar, pela primeira vez no Brasil, sobre como trazer essas pautas para dentro do governo, esse é um desafio do século 21”, disse a presidente do BrazilLAB, Letícia Piccolotto. “Tem hoje uma camada de eleitores que é de millennials, que querem um governo menos burocrático, mais digital, onde serviços podem ser acessados via dispositivo celular”, acrescentou ela.

No primeiro dia do encontro, os participantes vão dividir experiências internacionais, como da Índia e de Israel; no segundo, será a vez de os presidenciáveis apresentarem suas propostas de inovar e incorporar tecnologias em seus governos.

A importância de conhecer as experiências de outros países, segundo os organizadores, é que o Brasil está muito atrasado neste setor. Países como Uruguai, Israel, Estônia e Índia já são considerados Estados muito mais digitalizados que o brasileiro.

“O Uruguai tem plano de governo digital desde 2007. Chile, a mesma coisa. O Brasil está virando o patinho feio, um Estado cada vez mais obsoleto, ineficiente e burocrático”, disse o diretor do ITS, Ronaldo Lemos, um dos organizadores do evento. Na Índia, por exemplo, todos os cidadãos são cadastrados por íris e biometria, o que torna a prestação de serviços mais fácil.

A tecnologia pode parecer um tema ainda distante do debate eleitoral, mas pode ajudar a solucionar problemas de saúde, educação e segurança pública, segundo os organizadores do evento. Aqui no Brasil, afirmou Lemos, como já se começou a fazer biometria dos eleitores, seria possível utilizar o serviço para marcar consultas no SUS ou abrir uma conta no banco.



A burocracia sai muito cara para o País. “Na Argentina, você consegue abrir uma empresa em um dia na internet. No Chile e no Uruguai, também é online. No Brasil, dados do Banco Mundial mostram que os trâmites podem demorar 79 dias”, disse o diretor do ITS. Além disso, ter um sistema unificado de identificação dos cidadãos pode prevenir fraudes também, como uma pessoa com diferentes identidades ou carteiras de trabalho.

Ao final do GovTech, será apresentado um documento aos presidentiáveis com soluções para o País vencer as barreiras da burocracia e inovar numa próxima gestão. Patrocinado pela Fundação BRAVA, Banco Itaú, Fundação Lemann, Grupo Boticário, Instituto Humanize, Magazine Luiza, Stone e Gol, o evento será transmitido ao vivo pelo site do **Estado** e pelos canais do jornal nas redes sociais. Internautas poderão enviar perguntas para os palestrantes, inclusive aos pré-candidatos.

TRÊS PERGUNTAS PARA...

Luciano Huck, apresentador de TV e um dos curadores do GovTech.

1) Qual a importância de um governo aderir a novas tecnologias?

A tecnologia com o que já está posto, e o que está por vir, é a melhor maneira de escalar rapidamente boas soluções para alguns dos maiores problemas do Brasil quando se fala de gestão e políticas públicas.

2) Por que essa discussão é importante neste ano eleitoral?

Não consigo enxergar a necessária reforma do Estado e a melhora na qualidade de muitos dos serviços que hoje o Estado presta de maneira cara, ineficiente e de má qualidade, sem passar pela tecnologia. O que coloca o tema de maneira importante na pauta deste ano eleitoral.

3) Qual o maior desafio do próximo presidente do ponto de vista de tecnologia e inovação?

Fazer com que o Brasil seja um polo de inovação e pesquisa, abrir o país unilateralmente para o mundo em relação a este tema e brigar com unhas e dentes para que a burocracia e os pequenos poderes não sejam um empecilho para a construção de uma agenda digital para o Estado.

Maio 26, 2017 - 21:51

Startups miram em prefeituras para modernizar a gestão pública



Startups. Leticia Piccolotto (à esquerda), fundadora do BrazilLAB, uma aceleradora de startups voltadas para auxiliar o poder público
Foto: /Divulgação

No Vale, duas startups estão atuando com prefeituras para ajudar na gestão do serviço público; aceleradora busca novas ideias para resolver desafios dos municípios em 2017

Xandu Alves
São José dos Campos

Startups e empreendedores da região miram no setor público para modernizar a gestão de prefeituras e órgãos governamentais. Eles criam produtos, serviços e aplicativos para melhorar a administração pública em várias áreas, como educação, saúde, mobilidade, gestão e manutenção de cidades.

Mestre em Ciências Sociais e especializada em liderança, Leticia Piccolotto é fundadora do BrazilLAB, uma aceleradora de startups voltadas para o poder público. A empresa tem sede em São José e lançou uma seleção para reunir empreendimentos que resolvam desafios de municípios, nas áreas de equilíbrio fiscal, comunicação e agricultura urbana.

Serão selecionadas até 12 startups para receberem apoio de mentores e da aceleradora. Mais de 2.000 ideias foram inscritas. O resultado sai em julho. "São projetos que podem trazer ótimos resultados para as cidades, modernizando a gestão e resolvendo desafios", disse Leticia.

ESCOLA.

Na seleção do ano passado, a administradora Vera Lúcia Souza, que é da região, foi selecionada com o aplicativo 'Olá, País', que conecta pais, educadores e crianças em escolas infantis para melhorar o acompanhamento delas.

"Temos interesse em fazer com que nosso projeto seja de impacto social, principalmente no setor público. Muita coisa pode ser feita para melhorar a educação no país", disse Vera.

Em fase de implantação em Santo Antônio do Pinhal, o 'App Prova' ajuda professores a elaborarem atividades para os alunos, podendo acompanhá-los em tempo real.

"O app ajuda as escolas a entenderem aquilo que os alunos não conseguiram aprender corretamente e a reformatar planos de ensino e metodologias", disse João Gallo, um dos fundadores do aplicativo.

EFICIÊNCIA.

"Os governos sabem o quanto têm dificuldade em inovar, mas estão conscientes da necessidade de evoluir com os avanços tecnológicos", disse o economista americano Brian Begnoche, fundador da EqSeed. "Por isso, eles têm interesse em trabalhar com startups".

A plataforma online EqSeed aproxima investidores de startups e quer atuar em São José pelo potencial da região.

Para Begnoche, "boas ideias não faltam" na região, mas "é muito difícil uma empresa deslanchar sem investimento". Por isso, ele trabalha com empresas que faturam até R\$3,6 milhões por ano. O economista acredita que startups podem "deixar para trás processos burocráticos e ineficientes".

TECNOLOGIA

Quer deixar o governo mais eficiente? Chame as startups



Leticia Piccolotto Ferreira, da aceleradora BrazilLab: "É com a pressão do mercado que os serviços públicos serão prestados com maior qualidade" (Zeca Caldeira/EXAME)

Não é de hoje que a população brasileira convive com serviços públicos de péssima qualidade em todas as áreas. Há décadas o brasileiro sofre com o atendimento ruim nos hospitais, com um ensino público incapaz de formar cidadãos bem qualificados e uma insegurança generalizada nas ruas das cidades – para ficar nos três exemplos mais evidentes. Esta realidade é consequência de uma situação complexa que envolve má gestão, falta de recursos financeiros por parte dos governos e corrupção. Embora não exista uma solução fácil para reverter este quadro, ao menos uma parte dos problemas poderia ser evitada se o poder público usasse mais ferramentas digitais para gerenciar melhor as escolas, os hospitais ou as delegacias de polícia. Esta é a avaliação de Leticia Piccolotto Ferreira, presidente da BrazilLab, uma organização sem fins lucrativos que ajuda startups brasileiras a fazer negócios com o poder público – uma área que vem ganhando o nome de "GovTech".

Matéria completa:

<https://exame.abril.com.br/tecnologia/quer-deixar-o-governo-mais-eficiente-chame-as-startups/>

PARTE 6 - BrazilLAB | Aceleração Terceira Edição

Entre os dias 6 de agosto e 8 de outubro estarão abertas as inscrições para a terceira edição do Programa de Aceleração do BrazilLAB, que busca desenvolver empreendedores para atuar com o setor público. Serão selecionados 30 projetos que visam solucionar problemas da sociedade em seis áreas: Meio Ambiente, Gestão de Pessoas, Saúde, Inclusão, Educação Empreendedora e Segurança Pública e Cybersecurity. Os escolhidos serão anunciados até 7 de dezembro, e nesse mesmo mês iniciam as atividades do programa.

O Programa de Aceleração do BrazilLAB segue até março de 2019, e nele os empreendedores terão oportunidade de entrar em contato com líderes públicos, investidores e mentores de diversas áreas. As startups também terão acesso a atividades que buscam desenvolver e aprimorar seu negócio visando sua aplicação na gestão pública. Ao final da aceleração, startups selecionadas farão um pitch para uma banca de investidores e especialistas do setor público que irão eleger os melhores projetos, passíveis de implementação. Os vencedores receberão um contrato de investimento que pode variar de 50 a 200 mil reais e apoio do BrazilLAB durante a implementação de seus projetos. Nas duas primeiras edições, tivemos mais de 1.300 empreendedores interessados, 390 projetos inscritos e 26 startups aceleradas.

Dentre as startups aceleradas, 06 já estão em processo de implementação com a gestão pública. Podemos citar, por exemplo, a Cuco Health, que funciona como uma enfermeira digital na vida dos pacientes 24/7, com conteúdo segmentado para educá-los sobre a condição crônica, alertas para lembrá-los dos compromissos de saúde como medicamentos e medições, e gamificação para beneficiar os pacientes mais engajados. Hoje na Prefeitura de Juiz de Fora, possui mais de 1.500 usuários na plataforma em 63 Unidades Básicas de Saúde.



SOBRE O GOVTECH

O Brasil passa por um momento importante, no qual a população reflete e repensa a política nacional, assim como a forma de se relacionar com o setor público. **Neste contexto, o Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio e o BrazilLAB realizam, nos dias 6 e 7 de agosto, o evento GovTech, que tem como objetivo contribuir para uma agenda de inovação e tecnologia no setor público brasileiro.**

O tema do evento são as tecnologias para governos, que objetivam tornar o setor público mais eficiente e menos oneroso. **Hoje, de acordo com levantamento do Banco Mundial, os brasileiros gastam quase 2 mil horas, cerca de 88 dias por ano, resolvendo burocracias.** Reunimos quase 50 palestrantes e 400 participantes de mais de 10 países diferentes para mostrar como a tecnologia pode transformar esse cenário.

Um dos palestrantes é Toomas Hendrik Ilves, que entre 2006 e 2016 ocupou o cargo de presidente da Estônia – um dos países mais digitais do mundo, onde a relação entre população e governo ocorre online e processos como pedido de cidadania podem ser concedidos em até 48 horas.

Ronaldo Lemos, diretor do ITS Rio, assina a curadoria do evento, ao lado de Leticia Piccolotto Ferreira, fundadora do BrazilLab, e Luciano Huck, empreendedor e apresentador de televisão.

SOBRE O ITS RIO

A missão do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio (ITS Rio) é assegurar que o Brasil e o Sul Global respondam de maneira criativa e apropriada às oportunidades fornecidas pela tecnologia na era digital, e que seus potenciais benefícios sejam amplamente compartilhados pela sociedade.

Formado por professores e pesquisadores de diversas instituições como UERJ, PUC-Rio, FGV, IBMEC, ESPM, MIT Media Lab, dentre outras, o ITS conta com uma rede de parceiros nacionais e internacionais e tem, dentre os seus focos de atividade, os debates sobre privacidade e dados pessoais, direitos humanos, governança da internet, novas mídias, comércio eletrônico, inclusão social, educação digital, cultura e tecnologia, propriedade intelectual, dentre outros temas. É um hub pluri-institucional, convergindo para suas atividades especialistas que possam, a partir de suas distintas formações e vínculos acadêmicos, refletir sobre o desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação e seus impactos na sociedade.

O ITS Rio é um instituto de pesquisa sem fins lucrativos, nomeado consultor especial da ONU para temas de tecnologia.

www.itsrio.org

itsrio@itsrio.org

SOBRE O BrazilLAB

O BrazilLAB é o único GovTech Hub que acelera ideias e conecta empreendedores com o poder público. Nosso objetivo é estimular, no Brasil, uma cultura voltada para a inovação no setor público. Fazemos isso apoiando empreendedores que estão engajados em buscar soluções para os desafios mais complexos vividos pela sociedade atual.

<https://brazillab.org.br/>

